

**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**  
**PARECER Nº 069.2025**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4.143/2025**

Altera a Lei Complementar nº 3.027, de 22 de janeiro de 2007, que institui o Código Municipal de Posturas, para estabelecer a idade máxima de veículos destinados ao transporte coletivo de escolares, e dá outras providências.

A Comissão de Serviços Públicos Municipais, após análise do Projeto de Lei epigrafado, é de parecer que a proposta atende ao interesse público, podendo, portanto, ser submetida à apreciação do Plenário.

Contudo, a Comissão apresenta emenda substitutiva, para que o art. 62-A, proposto pelo projeto, passe a ter a seguinte redação:

Art. 62-A. O Município poderá aceitar, para fins de autorização do transporte escolar, laudo de vistoria emitido por empresa credenciada junto ao órgão competente, na forma e no prazo da legislação federal e/ou estadual aplicável.

§ 1º A aceitação do laudo de que trata o caput não afasta o poder de fiscalização do Município, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação, sobre os veículos autorizados para o transporte escolar.

§ 2º Constatada, a qualquer tempo, a ausência de condições adequadas de segurança do veículo, mediante relatório técnico elaborado por profissionais ou servidores designados pela Prefeitura, o Município poderá suspender a autorização para o transporte escolar, ainda que haja laudo de vistoria válido emitido por empresa credenciada.

§ 3º A autorização suspensa somente será restabelecida após a regularização das irregularidades apontadas no relatório técnico, comprovada na forma estabelecida pelo órgão municipal competente.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2025.

**Emersânio P. de Carvalho   Guilherme Belmiro do Couto   José Gonçalves O. Filho**